



Termo de Declaração de Inexigibilidade de Licitação nº 35/2024

Declaração de Inexigibilidade de Licitação nº 35/2024-DI

Processo Administrativo nº TJ-CON-2024/00261

Contratante: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.100.722/0001-6 e com sede e foro nesta cidade do Salvador, Estado da Bahia, na Quinta Avenida, nº 560, Centro Administrativo da Bahia – CAB.

Contratado: JOSÉ HENRIQUE RODRIGUES TORRES, Pessoa Física, inscrito no CPF nº 020.777.808-60 e com endereço na Avenida Noé Vincie, Residencial Arboreto dos Jequitibás, nº 15, Campinas/SP, CEP 13.105-652.

Objeto: lecionar parte do "Curso de Extensão em Prevenção e Combate às Violências contra Mulheres", destinado aos Magistrados e aos Servidores deste Poder Judiciário, para até 100 (cem) discentes, na modalidade de ensino presencial, e vagas ilimitadas, para a modalidade a distância (EaD), cabendo ao docente ministrar os "Instrumentos jurídicos-normativos internacionais de proteção à Mulher. Aplicação e efetivação dos instrumentos jurídicos internacionais que regulam a proteção à mulher. A relevância das cortes internacionais e interamericana na coibição e punição de toda forma de violência contra as mulheres. O Controle da Convencionalidade. Material controlante e material controlado. Julgamento e exercício da jurisdição sob perspectiva de gênero", no dia 07 de junho do corrente ano, com carga horária total de 06 (seis) horas/aula, sendo 03 (três) horas/aula no turno matutino e 03 (três) horas/aula no turno vespertino, conforme a proposta da capacitação.

Valor Total: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Data de execução: 07 de junho de 2024.

Base Legal: Art. 72 e 74, III, f, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária 04.601, Unidade Gestora 0010- UNICORP, Projeto 5048, Elementos de Despesa 3.3.90.36 / 3.3.90.47, Subelementos 36.007 / 47.001, Fonte 120, conforme rubrica orçamentária à fl. 144, do Processo nº TJ-CON-2024/00261.

Gabinete da Presidência, em 03 de junho de 2024.

Desembargadora CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia



UNICORP - UNIVERSIDADE CORPORATIVA**DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 35/2024 - DI**

Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e JOSÉ HENRIQUE RODRIGUES TORRES, inscrito no CPF de n. 020.777.808-60. Objeto: Ministrar Aula no Curso de Extensão em Prevenção e Combate às Violências contra as Mulheres, na modalidade de ensino presencial e à distância (EaD) a ser realizada no dia 07/06/2024, com carga horária de 06 horas/aula. Valor total: R\$ 6.000,00 (seis mil reais) que será atendida mediante recurso da Unidade Orçamentária 04.601, Unidade Gestora 0010 - UNICORP, Projeto 5048, Elementos de Despesa 3.3.90.36/3.3.90.47, Subelementos 36.007/47.001, Fonte 120, consoante PA. N. TJ-CON-2024/00261. Data de Assinatura: 03/06/2024.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 36/2024 - DI

Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e VALÉRIA DIEZ SCARANCE FERNANDES, inscrita no CPF de n. 184.094.398-08. Objeto: Ministrar Aula no Curso de Extensão em Prevenção e Combate às Violências contra as Mulheres, na modalidade de ensino presencial e à distância (EaD) a ser realizada no dia 07/06/2024, com carga horária de 06 horas/aula. Valor total: R\$ 6.000,00 (seis mil reais) que será atendida mediante recurso da Unidade Orçamentária 04.601, Unidade Gestora 0010 - UNICORP, Projeto 5048, Elementos de Despesa 3.3.90.36/3.3.90.47, Subelementos 36.007/47.001, Fonte 120, consoante PA. N. TJ-CON-2024/00263. Data de Assinatura: 03/06/2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO**CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO****EXTRATOS DE COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL REFERENTES À 7ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2024**

(art. 60 da Resolução nº 11, de 11 de abril de 2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça)

2. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.90030/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(A)(S): Barros & Macedo LTDA; Pet Canis

OBJETO: A Compromissária se obriga a manter boas práticas na relação de consumo, respeitando o Código de Defesa do Consumidor, as resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, as instruções técnicas do Corpo de Bombeiros Militar, e normas correlatas. A compromissária realizará treinamentos com os funcionários/colaboradores, alertando sobre as normas higiênico-sanitárias e de segurança do estabelecimento.

6. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.475508/2023

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(A)(S): Roberto Souza Jahel

OBJETO: O Compromissário reconhece a necessidade de correção do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR da Fazenda Estrela Solitária, matrícula 726, situada em Mucuri/BA, bem como de recomposição de áreas ambientalmente protegidas do imóvel rural. Em razão da correção do CEFIR da Fazenda Estrela Solitária, matrícula 726, situada em Mucuri/BA, o COMPROMITENTE solicitara um opinativo técnico do órgão ambiental sobre seus termos, cabendo ao Compromissário adequá-los seja determinado.

29. INQUÉRITO CIVIL Nº 678.9.126925/2019

ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

- Direito Ambiental > Fauna

- Direito Ambiental > Recursos Hídricos

COMPROMISSÁRIO(A)(S): Ana Paula de Oliveira Seixas da Cunha; Município de Cruz das Almas

OBJETO: A Compromissária compromete-se a apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, novo PRAD com objetivo de promover o plantio reparatório e a manutenção de mudas de árvores nativas da flora brasileira. Comunicar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Cruz das Almas o início e o término das ações de plantio. Obrigação de manutenção das mudas, após o plantio, pelo período de 04 anos.

30. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.0.121266/2016

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Reserva Legal

INTERESSADO(A)(S): Jainor da Rocha Nonato

COMPROMISSÁRIO(A)(S): Espólio de Jainor da Rocha Nonato; Claudionora Chaves Lobeu

OBJETO: Em razão do RFA, o Compromissário realizará as devidas correções no CEFIR - Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais no prazo de 90 (noventa) dias. Após, o Compromitente solicitará ao INEMA que emita um opinativo técnico sobre seus termos, cabendo ao Compromissário adequar os cadastros ou documentos que os compõem, caso assim seja determinado.

43. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.449685/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Produto Impróprio

- Direito do Consumidor > Responsabilidade do Fornecedor > Produto Impróprio

- Direito do Consumidor > Combustíveis e Derivados

